

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE DIADEMA 2012-22: ACERTOS E TROPEÇOS CINCO ANOS APÓS SUA IDEALIZAÇÃO

José Luís de Freitas¹

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é relatar por meio de uma narrativa crítica, histórica e de maneira mais assertiva possível quais foram os desdobramentos práticos e equívocos cometidos pela Secretaria de Cultura de Diadema desde a publicação inicial do seu Plano Municipal de Cultura (PMC), em 2012, até a data da 8ª Conferência Municipal realizada no dia 8 de abril de 2017. Com o apoio de análises dissertativas de pesquisadores anteriores que discorreram sobre o tema, quando ainda havia um grande otimismo sobre o protagonismo dos profissionais de cultura da cidade. Agora tenho a meu favor cinco anos de história que correspondem exatamente à metade do período que o plano percorreu em seu processo de desenvolvimento. Após essas provocações, analiso as dificuldades externas, internas, socioeconômicas e políticas para a implementação do PMC. Em especial, apresento apontamentos sobre a temida descontinuidade nos processos e projetos de longo prazo, que tem gerado um rápido retrocesso nas expectativas e ações dos agentes e trabalhadores da cultura, afetando toda a sociedade antes atendida e provida dessas utopias, imaginários, relações sociais e programas culturais que caminhavam a passos curtos, porém perenes para sua estruturação institucional e validação entre os municípios, artistas, servidores, produtores culturais, acadêmicos e formuladores de políticas do município de Diadema.

Palavras-chave: Conselho Municipal. Cultura. Diadema. Gestão. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The proposal, almost but not unique and exclusive to this article, is to report through a critical, historical and more assertive narrative possible

1 José Luís de Freitas é parecerista de humanidades do Ministério da Cultura e foi assistente de coordenação geral na Secretaria de Cultura de Diadema entre 2014-2016. Graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, com especialização em Administração Pública da Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estudante dos cursos de Economia e Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC. E-mail: reporterze@gmail.com.

the practical and equivocal deployments committed by the Secretary of Culture of Diadema since the initial publication of its Municipal Plan Of Culture (PMC) in 2012 until the date of the 8th Municipal Conference held on April 8, 2017.

With the support of the dissertation analyzes of previous researchers who spoke on the subject, when there was still great optimism about the leading role of culture professionals in the city, I now have in my favor five years of history that correspond exactly to the half of the period for which the Plan went through part of its development process. After these provocations, I analyze the external, internal, socioeconomic and political difficulties for the implementation of PMC. In particular, I present notes on the feared discontinuity in long-term processes and projects, which has generated a rapid setback in the expectations and actions of agents and workers in the culture. Affecting all the society previously attended to and provided with these utopias, imaginaries, social relations and cultural programs that walked in short but perennial steps for its institutional structuring and validation among the municipal residents, artists, servants, cultural producers, academics and policy makers of the municipality Of Diadema.

Keywords: Municipal Council. Culture. Diadema. Management. Public Policies.

INTRODUÇÃO

Após empenho e envolvimento dos artistas, produtores, servidores públicos e militantes do setor de cultura e educação que vivem e/ou trabalham no município de Diadema, foi criado em 2012 o Primeiro Plano Municipal de Cultura da cidade e do Brasil. O documento seguia as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), implementado pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Parece que foi ontem, mas já se passaram cinco anos, e, para auxiliar o início da minha exposição, vou usar uma viagem de automóvel como analogia e exercício didático para ajudar na compreensão das minhas indagações iniciais: imagine que agora é aquele período no qual você faz uma pequena parada numa loja de conveniência ou restaurante de beira de estrada para abastecer o carro, fazer uma refeição e suas necessidades fisiológicas antes de olhar no “gps da história” e verificar qual(is) foi(ram) o(s) caminho(s) percorrido(s) até o presente e, caso necessário, avaliar novas rotas. Para tal, utilizo algumas perguntas que poderão ajudar os gestores e dirigentes culturais de 2017 a percorrer o restante do caminho.

O carro passou por revisão técnica antes da partida? O motorista possui conhecimento sobre os melhores caminhos para o destino? O que foi feito durante o percurso até o momento? Houve rotas ou desvios que atrasaram a viagem? O carro tem combustível suficiente para chegar à próxima parada planejada? Todos os pontos turísticos determinados no roteiro serão visitados? Os passageiros que viajam contigo estão satisfeitos até o momento?

Durante esse percurso tive a oportunidade de atuar diretamente por dois anos como assistente de coordenação geral na Secretaria de Cultura (Secult), a convite de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que auxiliava e administrava os processos de contratação, compras, formação das oficinas culturais, procedimentos operacionais e técnicos de eventos de pequeno e médio porte ofertados pela Secult. No cargo, estive focado em desenvolver parcerias e novos projetos, além de formular propostas que careciam de volumes maiores de recursos para sua execução, como o desfile de Carnaval, reformas e modernizações do Centro de Memória; a Biblioteca Interativa de Inclusão Vila Nogueira; o Teatro Clara Nunes; o Centro Cultural Jornalista Vladimir Herzog; no bairro do Campanário; a Casa do Hip Hop, no Canhema; o Centro Cultural Promissão; o Festival Nacional de Documentários de Diadema; a construção da Concha Acústica na Praça da Moça, construção de novas sedes para a Casa da Música e para a própria equipe da Secult, que dividia o prédio com a Secretaria de Educação, na Vila São José. Também elaborei um curso de capacitação, com carga horária de 48h, para uma turma de 20 jovens proponentes de projetos. Mas o que dominava a maior parte do meu dia a dia era escrever e-mails, telefonar e visitar outros coordenadores, secretários, parlamentares e apresentar planilhas e volumosos processos com mais de 300 páginas em média para colher assinaturas e solicitar emendas parlamentares e apoios dos técnicos da prefeitura e posteriormente do Ministério da Cultura para avaliar as propostas aprovadas e paradas nas diversas coordenações e secretarias de Brasília.

Formulei algumas propostas para concorrer em programas e editais dos Governos Federal e Estadual, em Consulados, Institutos e Fundações de grandes grupos financeiros e empresas do ABCD e da região metropolitana de São Paulo. Por ser jornalista e acumular conteúdos dos meus estudos de Economia e Relações Internacionais, fui rapidamente incumbido de buscar financiamentos externos para a Secult, devido à minha habilidade em me comunicar em espanhol e dominar o vocabulário econômico e tributário praticado nos departamentos de orçamentos dos bancos e empresas.

Logo no início, o maior desafio que encontrei foi captar recursos por meio da Lei Rouanet, devido o gigantesco desconhecimento e preconceito

por parte dos *Controllers*² e diretores financeiros das empresas sobre as regras dos mecanismos de incentivos fiscais para realizar o abatimento antecipado do Imposto de Renda e emitir os boletos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), no caso do Programa de Ação Cultural (ProAC). Das mais de mil empresas que mapeei e cerca de 300 que operavam apenas por lucro presumido, atualmente apenas empresas optantes do cálculo do imposto de renda pelo lucro real podem fazer a dedução e na prática apenas grandes empresas fazem essa opção.³

Em 2014, verifiquei logo que comecei a estudar o Plano Municipal de Cultura que havia um dado pouco explorado nas entrelinhas do documento, uma acertada preocupação, a saber: sobre os destinos da Secretaria e de como a gestão vigente de “administradores culturais” deveria dar prosseguimento às ações, atendo-se ao que estava em curso e organizado para até 2012, quando terminou a gestão do prefeito Mário Reali (PT). Para isso, apresento a contribuição do estimado professor Teixeira Coelho, que em seu livro *Dicionário Crítico de Política Cultural* apresentou de modo muito didático o verbete:

A expressão “administrador cultural” é aplicada a uma ampla gama de profissionais – professores, trabalhadores sociais, legisladores, funcionários de órgãos culturais, agentes culturais – que exerçam num determinado momento, em termos atuais, três funções básicas: 1) criar as condições para que a produção cultural aconteça; 2) aproximar o produtor cultural de seu público; 3) estimular a comunidade a desenvolver seu próprio potencial criativo, o que se consegue por intermédio da formação de públicos, da descoberta e da preparação de artistas profissionais. Em outras palavras, são atividades do administrador cultural: a) a produção de obras ou espetáculos; b) aquilo que tradicionalmente se chamou de animação; e c) a formação. A Unesco, em seu relatório *Cultural Development in Asia*, estabeleceu uma dicotomia entre as figuras do artista (ou produtor cultural) e do administrador, apresentando-os como complementares mas não sobrepostos (“o administrador interessa-se pela arte mas não está diretamente envolvido com a arte e, sim, com sua administração”). Na atualidade, esse conceito ampliou-se. Fala-se num administrador-artista (como nas artes plásticas, domínio em que o próprio artista negocia as condições de exposição e venda de seus trabalhos com o marchand); no administrador como parceiro do artista (como nas expressões “diretor técnico” e “diretor cultural”, quando

2 *Controller* ou gerente de controladoria é o profissional responsável por coordenar os processos de gestão econômica, financeira e patrimonial de uma empresa, com estudos tanto do ambiente interno como do externo.

3 A Comissão de Cultura da Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 1.737/15, da deputada Renata Abreu (PTN-SP), que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais a projetos culturais da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91) pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda, porém o projeto aguarda parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

ambas as funções existem num museu ou centro cultural, ou como no par maestro (diretor artístico) e diretor administrativo, no caso de uma ópera ou sinfônica); no administrador como auxiliar do produtor cultural (o agente de um artista); no administrador como diretor do produtor cultural (editores que orientam o trabalho de escritores, marchands que requerem um certo tipo de produção); no administrador como funcionário do Estado; no administrador como auxiliar do público. De um modo ou de outro, o que se espera desse administrador é: que consiga os recursos econômicos para a produção de uma obra cultural; que organize a rotina necessária a essa produção (o que inclui um trabalho com público); que incentive o produtor e o público (MARRUS, 1974; RIDLEY, 1976).

Começamos a estruturar uma leitura do PMCD focados nas prioridades emergenciais, que foram legitimadas após consulta pública em dois encontros com servidores e em um seminário maior e mais amplo batizado de “Encontro com os artistas de Diadema”. Foi logo após esses diálogos que integrei a equipe. Porém, com o cenário econômico brasileiro cada vez mais incerto, toda vez que o ex-secretário de cultura Gilberto Moura voltava de uma reunião com a equipe de finanças da prefeitura ele se reunia conosco e pedia projetos culturais mais econômicos e soluções para reduzir o custeio das oficinas culturais. Em outras palavras, a perspectiva de receitas se frustrava a cada trimestre e a todo tempo precisávamos redesenhar parte do calendário de ações.

Ciente da bomba que precisava desarmar, era difícil lidar com um universo de 1.300 empresas em que somente três possuíam histórico de patrocinar projetos culturais na cidade, sendo que duas delas haviam escolhido projetos concorrentes de fora do município em 2015. Esse elevado desinteresse em apoiar projetos culturais era e continua sendo um indicativo do enorme potencial estratégico existente para buscar aproximação permanente com a classe empresarial atuante na cidade, pois os empresários podem ser parceiros em diversos projetos da Secult e da prefeitura de Diadema.

Dois exemplos bastante curiosos do típico comportamento e da lógica empresarial atual: 1) a empresa de refrigerantes Dolly, que tinha a sede da distribuidora a menos de 200 metros do prédio onde estava localizada a Secult, pagou uma cota milionária de patrocínio ao Santos Futebol Clube, mas por 14 meses tentei marcar uma reunião com o diretor de marketing da marca e não consegui, pois a secretária dele sempre desconversava sobre sua agenda futura; e 2) atravessando a rua do prédio da Secretaria de Cultura estava a sede do grupo Autometal, gigantesca metalúrgica de autopeças, uma das maiores da América Latina, que também recusou sete tentativas de apoiar diferentes propostas, programas e projetos apresentados pela Secult e outros artistas da cidade.

Penso que existe uma enorme desconfiança e distanciamento da classe industrial em relação ao Poder Público diademense. É preciso aprimorar muito essa aproximação e o diálogo, investindo em campanhas e eventos de relacionamento e comunicação direcionada, pois certamente projetos com parcerias estratégicas podem gerar muitos frutos para ambos os envolvidos: munícipes, artistas, colaboradores e stakeholders⁴ das empresas que carecem de opções criativas de marketing e programas culturais próximos de suas unidades de atendimento, logística, serviços e linhas de produção.

Feitas as devidas apresentações e alguns relatos do “motorista” dessa pesquisa e/ou “roteiro de viagem”, as próximas paradas serão um pequeno relato histórico dos avanços sociais e políticos de Diadema que vão credenciar o município e seu corpo de servidores a organizar o primeiro PMC do Brasil. Em seguida apresento os acertos de interpretação e planejamento da antiga gestão.

Desse momento em diante, a bateria do GPS acaba e seguimos de modo intuitivo pela “rota das crises”, um trecho sem asfalto, com buracos e raras placas indicativas pelo caminho, que parecem desafiar o condutor e seus passageiros até o presente momento: crises na política, economia e educação afetam e culminam nos seguidos cortes de orçamentos de todas as esferas governamentais e interferem completamente na execução do plano. Fazemos uma pequena pausa em “tropeços e percalços”, a parte mais longa da viagem e na qual visitaremos cada uma das metas previstas no PMCD. O GPS é finalmente religado e finalmente aponta para o nosso destino com as conclusões finais dessa viagem cultural que começará a transitar e conhecer adiante.

O PIONEIRISMO E A AMBIÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DIADEMENSE

As políticas públicas de cultura em Diadema são oriundas de um processo de construção com mais de 50 anos, iniciada nos anos 60 com a emancipação administrativa da cidade, como analisou Nascimento:

No final da década de 1960, as intervenções públicas iniciaram a transformação do cenário cultural no município, instaurando determinadas

4 O termo foi usado de forma mais ampla pelo filósofo Robert Edward Freeman. Segundo ele, os *stakeholders* são elementos essenciais ao planejamento estratégico de negócios. De maneira mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de caráter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa). Clientes, comunidade, fornecedores, colaboradores, etc.

práticas urbanas, a exemplo do Teatro-Escola, criado nos anos de 1970. No entanto, foi somente no final da década de 1980 que o Poder Público passou a priorizar as intervenções culturais no município, fazendo valer a cultura enquanto direito social. A partir de 1992, a administração municipal iniciou o processo de criação de uma rede de equipamentos culturais nos bairros da cidade, o que possibilitou o desenvolvimento de uma política cultural capilar, contínua, consistente e diversa. Mais recentemente, já no final da década de 1990, o então departamento de cultura vinculado à antiga Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer (SECEL), criou a Companhia de Danças de Diadema, com foco em pesquisa, criação, produção e divulgação da dança contemporânea, e alguns centros culturais de bairro passaram a priorizar algumas áreas culturais específicas, como o Centro Cultural Canhema, atualmente conhecido como Casa do Hip Hop. A partir disso, a política de inclusão cultural em Diadema tornou-se uma realidade, ao conquistar investimentos públicos de longa duração e contribuindo para a redução significativa dos altos índices de violência e exclusão social na cidade (NASCIMENTO, 2013).

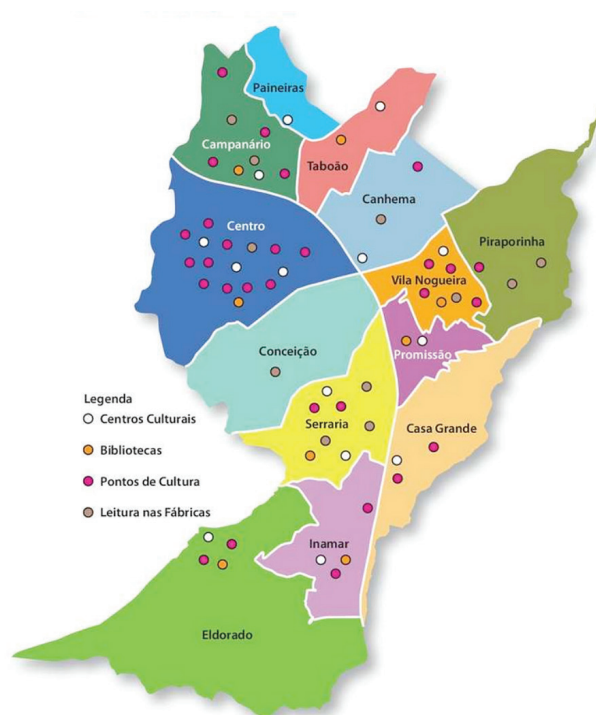
Em 2005, é criada a Secretaria de Cultura de Diadema com uma equipe de cerca de 130 funcionários, distribuídos entre os dez centros culturais, as nove bibliotecas, o Museu de Arte Popular, o Centro de Memória, Casa da Música (renomeada para Centro de Formação Musical Olímpio Martins), o Teatro Clara Nunes, o Cine Eldorado, o Circo Escola e os setores de som, divulgação, administrativo, serviços de formação e difusão. O auge das políticas de inclusão e formação ocorreram com as parcerias do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura por meio da criação dos Pontos de Cultura e de outras parcerias com o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo até 2012, período em que se projetava uma expansão da arrecadação fiscal e se discutia em âmbito nacional a garantia de 2% do orçamento da União, Estados e municípios para as políticas públicas de cultura.

Entre os anos 1990 e meados de 2010, o conceito de cidadania cultural se consolidou na prática, a política pública de cultura de Diadema ofertava atividades e oficinas culturais nos equipamentos localizados nos bairros (antigos Centros Juvenis de Cultura), diversas experiências foram iniciadas e aperfeiçoadas e a mediação com os usuários dos espaços culturais era constantemente aprimorada pelos agentes de cultura. Aliou-se a isso a sensibilização artística promovida pela interação das linguagens e projetos culturais. Criou-se novos espaços de convivência e interação social com estímulo adequado para o surgimento de uma nova geração de artistas populares na cidade, com destaque para escritores, diretores audiovisuais, dançarinos, atores, desenhistas, artistas plásticos, jornalistas culturais, entre outros com atuação destacada no Brasil e exterior.

O PMCD é claramente fruto de ideias e propostas progressistas oriundas de inúmeros processos de criação e compartilhamentos de práticas e conhecimentos ocorridos ao longo de décadas entre munícipes, artistas e servidores. Sem dúvida é ambicioso e convergia com as políticas nacionais que estavam sendo adotadas e promovidas nas gestões dos ex-ministros da cultura Gilberto Gil e seu sucessor Juca Ferreira. Verifica-se no PMCD que as fronteiras entre as atividades de produção e gestão são bastante próximas. E na prática da administração pública, confrontamo-nos com essa dualidade em situações corriqueiras, uma vez que um mesmo profissional pode atuar simultaneamente como produtor e gestor, acumulando as duas funções, por exemplo.

Naturalmente isso nem sempre é o ideal, pois a carga dupla de trabalho e responsabilidades poderá acabar comprometendo a qualidade daquilo que deve ser entregue ao público. Em inúmeras outras situações, um produtor pode cuidar de suas atribuições e ainda absorver algumas tarefas típicas do gestor e vice-versa. Quando isso ocorre por uma questão de interesse individual desse profissional e ele é realmente capacitado para entregar o que lhe foi demandado, não há problemas. Entretanto, quando o acúmulo de tarefas acontece por falta de opção ou por limites financeiros, cria-se um terreno movediço e propício para a ocorrência de falhas sistêmicas que por consequência geram um efeito dominó e progressivamente atingirá outros departamentos da Secretaria devido à ausência de clareza e comunicação das tarefas.

Figura 1 - Localização dos equipamentos culturais de Diadema em 2012



Fonte: PMCD 2012

Os pontos de cultura não receberam os últimos repasses do Ministério da Cultura em 2014 devido à ausência na prestação de contas e negligência no monitoramento e acompanhamento das atividades de cada grupo (exceção apenas do Ponto de Cultura Circo-Lando com Tápias Voadores). O projeto “Leitura nas Fábricas”, que basicamente consistia em incentivar operários a exercer o hábito da leitura por meio da doação de kits com pufs, acervo de livros e estantes para dez indústrias da cidade, também foi descontinuado. O Centro Cultural do Inamar (sede do observatório astronômico) atualmente se encontra inativo; o bairro recebeu recentemente uma unidade de pequeno porte do Centro de Artes e Esportes Unificados.

TROPEÇOS, PERCALÇOS E PERSPECTIVAS⁵

Os diagnósticos realizados pelas Câmaras Setoriais apontaram como principais desafios do plano municipal: realizar a manutenção periódica dos equipamentos culturais, tornar a comunicação da Secretaria de Cultura mais eficiente, ampliar os mecanismos de financiamento direto, desenvolver ações inovadoras visando a mediação e a formação de públicos, capacitar gestores e criar indicadores sobre os setores culturais do município, entre outros. No aspecto mais amplo das potencialidades que as políticas públicas culturais podem alcançar, foram elaboradas 13 diretrizes para estruturar o plano decenal de cultura de Diadema, visivelmente inspiradas no Plano Nacional de Cultura elaborado pelos profissionais e consultores do MinC.

Porém, o plano municipal de cultura de Diadema, logo no começo de suas projeções iniciais, desafia o senso comum e incorre no erro do excesso de otimismo. No primeiro item das diretrizes consta: “Implementar as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC)”. Talvez por mania de grandeza ou simples distorção da realidade, os organizadores do documento não conseguiram perceber que até o próprio Ministério da Cultura teve e terá muita dificuldade para cobrir integralmente as metas iniciais do PNC. O que dizer então da cidade com a segunda maior densidade demográfica do Brasil e uma renda per capita inferior a mil reais? (IBGE, 2014). É sabido que Diadema possui relativo histórico de descontinuidades em suas políticas; também era de conhecimento público que parte das receitas da prefeitura estava sendo bloqueada juridicamente por dívidas de precatórios e permaneciam em trajetória decrescente, enquanto do outro lado da balança de pagamentos a demanda por serviços públicos

⁵ Detalhamento da pesquisa com todas as metas comentadas do PMCD. Disponível em: <https://issuu.com/reporterze/docs/pmc_2012-22_jose_luis>. Acesso em:

aumentava a cada trimestre fiscal.

Não é preciso analisar muito para entender que as previsões estavam superestimadas, não é mesmo? Entretanto, é necessário reconhecer a intencionalidade das proposições que valorizam a diversidade cultural dos bairros e busca incentivar as produções da cultural local, mantendo relacionamentos de cooperação intersecretariais estreitos com as políticas de desenvolvimento econômico, meio ambiente, educação, esporte, lazer, entre outras.

Após uma análise detalhada da relação de metas, inclusas na pesquisa completa realizada para o curso de gestão cultural do Centro de Pesquisa e Formação do SESC/SP em 2017, recorri a uma teoria contemporânea: “o que parecia sólido ficou líquido”, ilustrando de modo literário (basta lembrar dos trabalhos de Zygmunt Bauman, um dos pensadores mais influentes do século XX) o que ocorreu de modo prático com o PMC de Diadema. Foi o reflexo de uma projeção que nesse momento inicia uma nova busca, a utopia de um passado idealizado, uma vez que o futuro deixou de ser sinônimo de esperança e progresso para se tornar o lugar no qual depositamos nossas apreensões. O sociólogo e filósofo polonês deixou desenvolvida essa tese da *retrotopia* (a busca da utopia no passado) nos ensaios póstumos: “Retrotopia” e o texto “*Symptoms in Search of an Object and a Name*” (Sintomas em Busca de um Objeto e de um Nome), parte de uma obra coletiva sobre o estado da democracia, *The Big Regression (O Grande Retrocesso)*.

“O futuro é, em princípio ao menos, moldável, mas o passado é sólido, maciço e inapelavelmente fixo. No entanto, na prática da política da memória, futuro e passado intercambiaram suas respectivas atitudes”, analisou. Bauman fala sobre medos, como o de perder o emprego, do multiculturalismo, de que nossos filhos herdem uma vida precária, de que nossas habilidades de trabalho se tornem irrelevantes porque os robôs saberão fazer –melhor e mais barato – o nosso trabalho. Em suma, medo porque tudo o que era sólido agora é “líquido”, usando o adjetivo que popularizou os trabalhos do sociólogo. “Existe uma brecha crescente entre o que precisa ser feito e o que pode ser feito, o que realmente importa e o que conta para aqueles que fazem e desfazem, entre o que acontece e o que é desejável”. Isso fica fortemente evidenciado nas trocas de gestões pós-eleições. A descontinuidade das políticas públicas de cultura tem sido uma constante em diversos municípios do país nos últimos 30 anos, e Diadema apenas reforça essa tendência terrível que raramente tem mudado, mesmo em situações de reeleição. Mudam-se as diretrizes e quase sempre perdem-se projetos e o entrosamento natural criado pelas equipes de coordenação e gestão cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas observações têm por finalidade subsidiar ações e reflexões dos múltiplos atores sociais que hoje e no futuro produzirão ideias e propostas de políticas públicas na ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça, paz social e sustentabilidade ambiental.

Este artigo tem por objetivo subsidiar especialmente moradores, artistas, associações, entidades sociais, movimentos populares, organizações não governamentais, parlamentares, técnicos, universitários, pesquisadores, órgãos e jovens formuladores de políticas públicas de Diadema comprometidos com os direitos e interesses sociais da fruição, práticas e acesso aos bens e linguagens das diversas manifestações culturais praticadas e vivenciadas ao longo das três últimas décadas no município.

Contribuir para a reflexão e debate da multiplicidade de enfoques que envolvem as questões aqui abordadas significa um outro pensar sobre a cidade que, de forma mais instigante, avance na formulação de alternativas menos ilusórias e recoloque as utopias projetadas num passado recente, sob a luz de perspectivas atualizadas, realistas e mais justas. Provendo com recursos mínimos adequados os ajustes necessários e sempre alicerçados em dados e pesquisas para transformar as possibilidades de nosso imaginário criativo menos abstrato e desprovido de sentido prático, num processo real, tangível para viabilizar projetos de ação e políticas culturais legitimados pela sociedade. Visando garantir a continuidade em gestões vindouras, sem demagogia eleitoral de oradores carismáticos interessados apenas no poder ou visibilidade do cargo que nutre a vaidade daqueles que desconhecem a responsabilidade e a importância social de ser escolhido para ocupar cargos de decisão numa secretaria de cultura municipal.

Faz-se sempre necessário lembrar que mesmo com leis aprovadas e regulamentadas que garantam a institucionalidade das demandas, é fundamental que os representantes do Poder Público sejam capazes de ouvir, compreender e atender as demandas culturais de curto, médio e longo prazo. Norteados pelos princípios da boa administração pública: governança, transparência e publicidade de processos, planejamento e uma controladoria orçamentária realista que possa prover segurança financeira e jurídica para os trabalhadores da cultura que necessitam de pontes firmes para atravessar os caminhos exigidos pela continuidade dos projetos, ações e programas culturais, especialmente em tempos de recessão econômica, visto que os representantes do executivo e ocupantes das pastas de finanças públicas ainda tendem a enxergar políticas públicas culturais sem o apreço interdisciplinar e estratégico que as mesmas merecem.

Com a crise política nacional atingindo estados e municípios, perspectivas econômicas fracas e desconfiança crescente das instituições, as práticas e valores sociais passam a ser questionados semanalmente pela

mais difusa opinião de jornalistas, cientistas políticos, economistas, historiadores, artistas e demais influenciadores. Antes os jornais, revistas, rádio, cinema e televisão concentravam a maior parcela de nossa atenção e com isso naturalmente tinham domínio sobre a influência da opinião pública. Atualmente esses canais de transmissão concorrem e perdem audiência para as redes sociais e todo o universo segmentado de aplicativos que se pode encontrar nos smartphones. Mais do que nunca, o meio tem sido a mensagem, como bem conceituou o canadense Marshall McLuhan⁶.

Cultura como política pública precisa ser entendida como um instrumento que auxilia a transcender nossos valores individuais, comungar da solidariedade, resignificar e tornar mais democrático os usos dos espaços públicos, aprimorar práticas e vivências novas e, sobretudo, promover um pensamento que valorize a paz social com respeito a diversidade de opinião, pensamento, gênero e identidade.

O Plano Municipal de Cultura diademense em sua origem rejeita o controle estatal sobre a cultura e o primado oficial costumeiro da tradição autoritária, conferindo-lhe algo mais do que nítido: o Estado não é produtor de cultura. Cultura é um direito dos cidadãos; as políticas de cultura do município foram forjadas pelas práticas da participação, práticas essas que definiram as relações do governo com os munícipes, seus artistas e defensores engajados do seu ético e correto cumprimento previstos na Constituição Federal Brasileira, no Plano Nacional de Cultura e na Lei Orgânica Municipal.

Mas a realidade tem sido cruel com nossos desejos. Passaram-se dezesete anos do século 21, e premissas que deveriam ser incorporadas e possuir tratamento completamente lógico e racional no meio político: as indicações de quadros de chefia e coordenação baseadas em perfil técnico e/ou com histórico artístico e intelectual condizentes e minimamente adequados para a gestão pública, com frequência, infelizmente maior do que a desejada, passa por ingerências e dirigismos de natureza partidária para atender os mais bizarros interesses.

Para o desalento dos pesquisadores, produtores e intelectuais que vivenciam os setores culturais, estamos acompanhando em diversas cidades da região metropolitana de São Paulo uma ausência generalizada de práticas de escuta e ouvidoria com gestores e profissionais gabaritados desses

6 Herbert Marshall McLuhan (1911-1980) foi um filósofo e educador canadense que obteve os títulos de mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de Cambridge. Seu trabalho é visto como um dos pilares do estudo da teoria da mídia, além de ter aplicações práticas nas indústrias de publicidade e televisão. Publicou aproximadamente 15 obras, entre as quais: *O meio é a mensagem*, *Guerra e Paz na Aldeia Global* e *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

municípios. E as escolhas e indicações para cargos de decisão raramente seguem algum tipo de critério aceitável para atuar com legitimidade no setor cultural.

Em Diadema não foi diferente, o atual prefeito reeleito Lauro Michels do Partido Verde não manteve o antigo secretário no cargo e foi além: em menos de uma semana substituiu novamente sua própria indicação, porque os interesses políticos partidários do indicado anterior na Câmara Municipal não correspondiam às necessidades do prefeito.

A política de cultura deve estimular e promover as condições para que a população crie e frua com acessibilidade plena a invenção e os serviços propiciados pelos equipamentos culturais. Aliados com políticas de educação a cidade poderá recuperar sua fase áurea quando foi protagonista e pioneira em sistematizar programas e ações de políticas públicas culturais, servindo de experiência piloto para o Sistema Nacional de Cultura do País.

Os militantes das artes clamam por participação real nas decisões e propostas das políticas públicas e culturais. Ao contrário do que muitos julgam parecer, sem esse envolvimento corre-se o risco da primeira cidade brasileira a apresentar um plano municipal de cultura para a comunidade artística ser também a primeira a não cumpri-lo na sua integralidade. Penso que Diadema tem muito a contribuir para ser um dos faróis nesse campo e estarei vigilante para agir e motivar os atuais gestores, cientes dessa condição, para atuarem com mais vontade e menos descompromisso.

Chegamos ao nosso destino. Este artigo foi escrito em setembro de 2017 e, por enquanto, essa é a pequena contribuição deste “motorista” e pesquisador acadêmico, mas permanecerei atento às decisões da Secult, como comunicador e produtor cultural atuante que sou desde 2007. No atual Conselho Municipal, infelizmente desejam me calar o tempo todo, mas levarei novas observações e espero abrir diálogos técnicos contra o autoritarismo vigente para atualizar e reformular algumas metas do PMCD e, daqui a cinco anos, espero que a cidade tenha executado ao menos 75% do que está previsto ou futuramente atualizado em seu Plano Municipal de Cultura.

A poesia nordestina de Augusto Branco pode dar uma pista importante e ajudar todos os envolvidos nessa tarefa: “É preciso saber ouvir e saber calar. Por falar apenas e pouco pensar, pessoas cometem erros difíceis de reparar depois. E por ouvir tanto menos do que pensam, piores erros cometem ainda”.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Rafael P. Aguiar; ZIN, Rafael Balseiro. Notas sobre o plano municipal de cultura de diadema: conquistas e desafios. *III Seminário Internacional de Políticas Culturais*, FCRB, Rio de Janeiro, 21 set. 2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural. Secretaria de Articulação Institucional. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, 2011.
- BORGES, Cléber Pereira. *As contribuições do grupo teatral jovens atores para as políticas culturais de Diadema nos anos 1990*. 2012. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes (CEART), Florianópolis, 2012.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, 2001.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Fapesp, 1997.
- DIADEMA. *Lei Municipal nº 3.214 de 02 de abril de 2012*. Plano Municipal de Cultura (2012-2021). Diadema: Secretaria de Cultura, 2012.
- DURAND, José Carlos. *Cultura como objeto de política pública*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, 2001.
- NASCIMENTO, Cristina Justino. *Plano Municipal de Diadema: reflexões sobre as políticas públicas de cultura no município de Diadema*. São Paulo: CELACC/USP, 2013.
- PAULA, J. A. de. História e Cultura no Pensamento de Celso Furtado. In: SABOIA & CARVALHO (Orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- VAZ, Fátima A. Rodrigues. *Centros culturais: experiências de cidadania em Diadema*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação, Administração e Comunicação) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2008.